

**OFÍCIO N. 166/2025**

**ASSUNTO: Pedido de esclarecimentos ao Edital do PE nº. 025/2025.**

**PROCESSO N. 8512691-65.2025.8.06.0000**

Fortaleza, 18 de dezembro de 2025.

**Prezado (s) Senhor (es),**

Em resposta ao questionamento enviado ao endereço eletrônico da Comissão Permanente de Contratação do TJCE, em 17/12/2025, às 14:36, por empresa interessada em participar do Pregão Eletrônico n. 025/2025, informo os esclarecimentos, que seguem:

**Pergunta 01:**

“1 - Está correto o entendimento de que as licitantes devem cotar em suas propostas a incidência de ISS não inferior a 2% (dois por cento), incidente sobre o valor total das licenças de software a serem fornecidas, a ser recolhido perante o Município em que está sediada?”

**Resposta 01:**

Sim, está correto o entendimento de que as licitantes deverão considerar, em suas propostas, a correta incidência do ISS, observado o mínimo legal de 2% previsto constitucionalmente (art. 8ª-A da LC 116/2003), a ser recolhido no Município de sua sede, conforme disciplinado na legislação vigente. O Edital é objetivo ao determinar que todos e quaisquer tributos, taxas e demais custos relativos à execução do objeto, incluídos os impostos incidentes, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA e devem estar integralmente considerados nos preços propostos (Cláusula Terceira do ANEXO 11 DO EDITAL – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO, itens 3.1 e 3.1.1). Desta forma, a cotação sem previsão adequada de ISS poderá levar ao descumprimento das condições editalícias quanto ao valor global ofertado.

**Pergunta 02:**

“2 - Está correto o entendimento que, no tocante às licenças de software objeto do presente Edital, estas deverão ser entregues acompanhadas de nota fiscal de prestação de serviços emitida pelo município sede do contratado?”

**Resposta 02:**

Correto. De acordo com o item 5.1.1.4.4.8 do Edital, exige-se a prova de regularidade de tributos municipais, e o modelo de negócios previsto – fornecimento de créditos de software/plataformas em nuvem – caracteriza prestação de serviços, sujeita à incidência de ISS (subitem 1.05 da LC 116/2003). Portanto, é indispensável que a entrega dos itens contratados seja acompanhada de nota fiscal de serviço expedida pelo município sede da empresa contratada, em conformidade com a legislação tributária municipal e federal aplicável.

**Pergunta 03:**

“3 - Está correto o entendimento de que, durante a execução do contrato a ser firmado em decorrência da presente licitação, a Administração poderá exigir a comprovação de efetivo recolhimento do referido tributo de acordo com a tributação e normas legais vigentes? Caso nosso entendimento esteja equivocado, solicitamos a gentileza de esclarecer como deverá ser tratado esse item.”

**Resposta 03:**

Sim, o Edital faculta à Administração exigir a comprovação de regularidade fiscal e tributária da CONTRATADA durante toda a execução do contrato. Conforme item 5.1.1.4.4 e subitens, especialmente os itens 5.1.1.4.4.6 a 5.1.1.4.4.8. do EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO, cabe à CONTRATADA manter, durante toda a vigência contratual, a regularidade fiscal e demonstrar perante o TJCE a quitação das obrigações tributárias, inclusive por meio da apresentação de certidões negativas relativas a tributos municipais (ISS).

**Onde se lê:** Sim, o Edital **faculta** à Administração exigir a comprovação (...).

**Leia-se:** Sim, o Edital **determina** à Administração a exigência da comprovação (...).

**Atenciosamente,**

**PREGOEIRO E MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO DO TJCE**

**Às empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico nº. 025/2025.**